

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL n. 8007466-93.2020.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: EDIVALDO LEAL DE SENA Advogado (s): MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO, PEDRO SILVEIRA MUINOS JUNCAL IMPETRADO: SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACORDÃO MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO. PRETENSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GAP NAS REFERÊNCIAS IV E V. PRELIMINARES. IMPUGNAÇÃO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. AFASTADA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AFASTADA. DECADÊNCIA. AFASTADA. VERIFICADA A OMISSÃO DA AUTORIDADE COATORA QUE NÃO ESTENDEU AOS INATIVOS OS EFEITOS REMUNERATÓRIOS. COMPATIBILIDADE COM A VIA MANDAMENTAL PELA CONCRETUDE DA PRETENSÃO DEDUZIDA. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. PARIDADE RECONHECIDA. CUMULAÇÃO DE PAGAMENTO DA GAP COM A GFPM. IMPETRADO NÃO PROVOU A CUMULAÇÃO, NEM MESMO FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DE DIREITO À GAP V. PROVADO NOS AUTOS QUE O IMPETRANTE ATENDEU AOS REQUISITOS, IMPÕE-SE A CONCESSÃO DA SEGURANÇA. EFEITOS PATRIMONIAIS A PARTIR DA IMPETRAÇÃO, COM ATUALIZAÇÃO PELA TAXA SELIC. AUTORIZADA A COMPENSAÇÃO DOS VALORES EVENTUALMENTE RECEBIDOS ADMINISTRATIVAMENTE A TÍTULO DE GAP EM OUTRAS REFERÊNCIAS. SEGURANÇA CONCEDIDA. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança n. 8007466-93.2020.8.05.0000, em que figuram como impetrante EDIVALDO LEAL DE SENA e como impetrado SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. ACORDAM os magistrados integrantes da Seção Cível de Direito Público do Estado da Bahia, por conceder a segurança, nos termos do voto do relator. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO DECISÃO PROCLAMADA Concedido Por Unanimidade Salvador, 5 de Setembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL n. 8007466-93.2020.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: EDIVALDO LEAL DE SENA Advogado (s): MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO, PEDRO SILVEIRA MUINOS JUNCAL IMPETRADO: SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de mandado de segurança impetrado por EDIVALDO LEAL DE SENA, Policial Militar inativo, no qual insurge-se contra ato que alega ilegal imputado ao SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, consistente na omissão quanto à implantação da Gratificação de Atividade Policial – GAP, nas referências IV e V, que defende fazer jus. Preliminarmente, o impetrante formulou pedido de assistência judiciária gratuita. Informa que “o impetrante foi admitido na Polícia Militar do Estado da Bahia em 01 de junho de 1975, ocupando o posto de Primeiro Sargento PM, sendo transferido para RESERVA REMUNERADA em 20 de abril de 2004, conforme documentos em anexo”. Aduz que “nesse interim, sabiamente, em 08 de março de 2012, foi sancionada a Lei 12.566, que, entre outras providências, alterou a estrutura remuneratória dos postos e graduações da Polícia Militar do Estado da Bahia e concedeu reajustes, trazendo a previsão de IMPLANTAÇÃO DA GAP IV E V.” Sustenta que “conforme citada Lei, os reajustes das Gratificações de Atividade Policial ocorreriam a partir de novembro de 2012, sendo que, em abril de 2015 já restaria implantado nos contracheques dos policiais militares a GAP no seu nível V” Afirma que “até o presente momento, passados mais de 3 anos da data da previsão para o reajuste da GAP no nível V, o impetrante continua recebendo a GAP no nível III.” Informa que “o artigo 8º da referida lei afastou de sua abrangência os policiais militares inativos, culminando por

excluí-los do benefício da elevação do nível da Gratificação de Atividade Policial – GAP para os níveis IV e V. “ Sustenta que “Tal discriminação e omissão, perpetrada pela autoridade coatora, viola o princípio da paridade de vencimentos e proventos, assegurados nos termos do Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 42, § 2º, da Constituição do Estado da Bahia e art. 121, da Lei Estadual nº 7.990/2001 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia).” Requer a concessão da liminar para que a “Autoridade Coatora para que possa realinhar os proventos da inatividade do impetrante, e elevar os níveis da Gratificação da Atividade Policial Militar (GAPM), com sua implantação imediata na sua referência IV, bem como da referência V seguindo o cronograma da Lei, segundo valores escalonados e de acordo com o posto ou graduação ocupado pelo Impetrante, conforme as disposições dos arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei 12.566/2012, tendo ainda, por base a tabela constante no Anexo II da Lei supracitada” Por fim, pugna para que “Seja CONCEDIDA A SEGURANÇA PLEITEADA EM DEFINITIVO, realinhar os proventos da inatividade do impetrante, com a majoração da GAPM nos moldes estabelecidos na Lei nº 12.566/2012, por genericamente, elevar os níveis da citada gratificação, com determinação de implantação imediata da referida gratificação, na sua referência IV e pagamento do valor relativo à citada referência, bem como da referência V seguindo o cronograma da Lei, segundo valores escalonados e de acordo com o posto ou graduação ocupado pelo Impetrante, conforme as disposições dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º da supracitada Lei, tendo ainda, por base a tabela constante no Anexo II da Lei 12.566/2012, CONFIRMANDO-SE A LIMINAR QUE ACREDITA SER DEFERIDA por ser de direito e de justiça.” Decisão indeferindo a Gratuidade (ID 6688973). Decisão em sede de Agravo Interno (ID 35214602 dos autos apartados) desconstituindo a decisão monocrática que indeferiu a Assistência Judiciária Gratuita requerida no Mandado de Segurança, tornando-a sem efeito, bem como concedendo ao agravante as benesses da assistência judiciária gratuita. Ao intervir no feito (ID. 39609158), o Estado da Bahia não aderiu ao juízo 100 % digital; impugnou a gratuidade da justiça deferida; alegou inadequação da via eleita, por se tratar de lei em tese; asseverou ter havido decadência pelo transcurso do prazo de 120 dias; afirmou não poder haver irretroatividade, pois a exclusão da GAP estava previsto em lei no ato de aposentação; indicou ter havido declaração de constitucionalidade da Lei 12.566/2012 por este Tribunal de Justiça da Bahia; disse que a GAP pleiteada não possui caráter genérico; defendeu que a concessão da segurança afrontaria a separação de poderes, súmula vinculante 37 e o § 1º do art. 169 da Constituição Federal; por fim, foi assertivo quanto à impossibilidade de cumulação da GAP com gratificação de função, requereu a compensação de eventuais parcelas pagas administrativamente e a utilização de índice aplicável à correção monetária e a taxa de juros nos processos em que a Fazenda Pública seja parte- Emenda Constitucional n 113.2021 . O Secretário de Administração do Estado da Bahia prestou informações (ID. 39609157), manifestando seu entender no sentido da inexistência de violação a direito líquido e certo da Impetrante. No parecer (ID. 44332393), a Procuradoria de Justiça não vislumbrou hipótese para sua intervenção no feito. Em sua réplica (ID. 46645408), o impetrante pugnou pela rejeição das preliminares e pela concessão da segurança. Elaborado o relatório, nos termos do art. 931 do Código de Processo Civil, encaminhem-se os autos à Secretaria para inclusão em pauta de julgamento, observada a faculdade das partes de realizarem sustentação oral (art. 937, VI). Salvador/BA, 16 de agosto de 2023. Des. Cássio Miranda Relator 05 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL n. 8007466-93.2020.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: EDIVALDO LEAL DE SENA Advogado (s): MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO, PEDRO SILVEIRA MUINOS JUNCAL IMPETRADO: SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): VOTO Como visto, cuida-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de majoração da GAP – Gratificação de Atividade Policial, paga ao impetrante, policial militar da reserva, para as referências IV e V em vista da paridade. Inicialmente, cumpre analisar as questões preliminares arguidas pelo Estado na impugnação. 1. Das preliminares 1.1. Da preliminar de impugnação à gratuidade da justiça A preliminar de impugnação à gratuidade da justiça não merece prosperar, visto que as provas produzidas nos autos não confrontam com a arguição de necessidade, formulada na inicial. Ademais, o Estado da Bahia não apresentou qualquer documentação que descaracterize a hipossuficiência econômica do impetrante, não havendo, portanto, razões para alterar o quanto deferido anteriormente. 1.2. Da preliminar de inadequação da via eleita Primeiramente, o Estado da Bahia interveio no feito afirmando ser inadequada a via eleita. No entanto, em um exame apurado da inicial, nota-se que a insurgência do impetrante não se volta contra a lei em tese (Lei nº 12.566/2012), mas contra a omissão da autoridade coatora, que não permitiu aos inativos os benefícios advindos da norma, a saber, o reajuste da Gratificação de Atividade Policial (GAP na referência IV e V), o que está em consonância com o presente mandamus, porquanto a violação ao direito líquido e certo se verifica no caso concreto. Desta forma, rejeito a preliminar ao mérito. 1.3. Da preliminar de decadência Quanto à prejudicial de decadência, cabe dizer que a Impetrante se insurge contra conduta omissiva e continuada da autoridade coatora, consistente na negativa de implementação da GAP IV e V, de modo que o prazo para ajuizamento da ação mandamental se renova a cada descumprimento, o que tem ocorrido mensalmente. Rejeitada, portanto, a prejudicial. Ante o exposto, voto no sentido de rejeitar as preliminares suscitadas, passando, a seguir, a análise do mérito. 2. MÉRITO No que tange o mérito, a Gratificação de Atividade Policial (GAP) foi implementada pela Lei nº 7.145/97, sendo uma espécie de adicional de função destinada aos servidores policiais militares, de modo a compensar o servidor pela atividade periclitante e arriscada, levando-se em conta: o local, a natureza do exercício funcional e o grau de risco inerente às atribuições normais do posto ou graduação, além do conceito e o nível de desempenho do policial militar, nos termos estabelecidos pelo art. 6º da referida Lei, vejamos: Art. 6º – Fica instituída a Gratificação de Atividade Policial Militar, nas referências e valores constantes do Anexo II, que será concedida aos servidores policiais militares com o objetivo de compensar o exercício de suas atividades e os riscos delas decorrentes, levando-se em conta: I– o local e a natureza do exercício funcional; II– o grau de risco inerente às atribuições normais do posto ou graduação; III– o conceito e o nível de desempenho do policial militar Ocorre que, embora o art. 7 da referida lei tenha feito referência ao escalonamento da gratificação em 5 (cinco) referências, o art. 10 da Lei 7.145/97 dispôs acerca dos parâmetros necessários para a concessão do pagamento da mencionada gratificação, apontando que caberia ao Executivo regulamentar o benefício criado para viabilizar a sua implementação. Lado outro, o Decreto Estadual n. 6.749/97, que regulamenta a Lei 7.145/97, abordou, tão somente, a elevação da Gratificação da referência I para as referências II e III, deixando de estabelecer parâmetros para a ascensão da GAP às

referências IV e V. Tal normatização somente se deu com o advento da Lei Estadual nº 12.566/2012, que dispôs: Art. 3º – Em novembro de 2012, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para acesso à referência IV da GAP, aplicando-se aos valores constantes da tabela do Anexo II o redutor de R\$ 100,00 (cem reais). Art. 4º– Os valores da referência IV da GAP, constantes da tabela do Anexo II desta Lei, serão devidos em 1º de abril de 2013, com a conclusão do respectivo processo revisional. Art. 5º– Em novembro de 2014, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para a referência V da GAP, segundo valores escalonados de acordo com o posto ou graduação ocupados, conforme tabela constante do Anexo III desta Lei. Art. 6º– Os valores da referência V da GAP, constantes da tabela do Anexo II, serão devidos em 1º de abril de 2015, com a conclusão do respectivo processo revisional. Art. 8º – Para os processos revisionais excepcionalmente previstos nesta Lei deverá o Policial Militar estar em efetivo exercício da atividade policial militar ou em função de natureza policial militar, sendo exigidos os seguintes requisitos: I – permanência mínima de 12 (doze) meses na referência atual; II – cumprimento de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais; III – a observância dos deveres policiais militares, da hierarquia e da disciplina, nos termos dos arts. 3º e 41 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001. Parágrafo único – Os requisitos previstos neste artigo serão comprovados com base nos registros relativos ao exercício funcional do Policial Militar mantidos na Corporação, limitados ao tempo de permanência do servidor na referência atual. Sabe-se que, nos moldes do artigo 8º acima transcrito, para o policial militar alcançar os níveis IV e V da GAP seria necessário não ser inativo, além de ter exigido a permanência mínima de 12 meses na última referência e o cumprimento de carga horária de 40 horas semanais, requisitos já exigidos pela Lei Estadual 7.145/97, a observância dos deveres policiais militares da hierarquia e da disciplina. Ressalte-se que tal dispositivo não poderia ter excluído os inativos do percebimento de referida gratificação vez que foi de encontro com o disposto no art. 121 da Lei nº 7.990/2001 (Estatuto dos Policiais Militares), cujo teor afirma que na ocorrência de mudança na remuneração do policial em atividade, os proventos serão revistos na mesma proporção e data. No caso em tela, a aposentação ocorreu com o impetrante percebendo GAP na referência III. Deste maneira, o policial militar trabalhava sob o regime de 40 horas, recebendo em seu contracheque a referida gratificação; consequentemente, houve incorporação do benefício ao seu patrimônio. Ademais, a GAP teve seu caráter generalista reconhecido por unanimidade pelo Tribunal Pleno deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 05.02.2014, que examinou detidamente a Arguição de Inconstitucionalidade no cerne do Mandado de Segurança n. 0000738–61.2009.8.05.0000, reconhecendo o evidente caráter genérico da GAP, cunhando em termos iniludíveis a inconstitucionalidade do art. 11 do Decreto n. 6749/1997: MANDADO DE SEGURANÇA – INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE – GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL – GAP – VANTAGEM GENÉRICA – INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 7º, 13 E 14 DA Lei 7.145/97 – PAGAMENTO RESTRITO AOS SERVIDORES ATIVOS – CONFRONTO COM A REGRA DE PARIDADE ESTABELECIDAS NAS REDAÇÕES ORIGINÁRIAS DO ARTIGO 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ARTIGO 42, § 2º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – MATÉRIA ACOLHIDA POR UNANIMIDADE PELA SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO – PRECEDENTES ATUAIS REPRODUZIDOS NO VOTO CONDUTOR DA LAVRA DOS DESEMBARGADORES AUGUSTO DE LIMA BISPO, HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI, DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL, DINALVA GOMES LARANJEIRA

PIMENTEL, EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ, DAISY LAGO RIBEIRO COELHO, LÍCIA DE CASTRO L. CARVALHO, SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF. INCIDENTE ACOLHIDO. Há, ainda, julgados outros deste mesmo TJBA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. [...]. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR – GAPM. REFERÊNCIA V. VANTAGEM DE CARÁTER GENÉRICO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. INTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 13 E 14 DA LEI 7.145/97. ART. 40, § 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ISONOMIA. ART. 42, § 2º DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. PARIDADE COM OS ATIVOS. EFEITOS PATRIMONIAIS A PARTIR DO AJUIZAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA SEGUNDO O JULGADO DO RE 870.947 (TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL). CONCESSÃO DA SEGURANÇA. [...] 13. Considerando ainda a ampla jurisprudência deste Tribunal, a Gratificação de Atividade Policial Militar, por ser paga de forma indistinta a todos os Milicianos, possui caráter genérico, devendo ser, desta forma, estendida a todos os inativos. [...] (TJ-BA – MS: 80359277520208050000, Relator: RAIMUNDO SERGIO SALES CAFEZEIRO, SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO, Data de Publicação: 10/09/2021). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR ESTADUAL. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL (GAP). REFERÊNCIAS IV E V. VANTAGEM DOTADA DE CARÁTER GENÉRICO. POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO AOS INATIVOS. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS ECs N. 41 e 47. DIREITO À PARIDADE PREVISTO NO ESTATUTO DA PMBA. [...] (TJBA – Classe: Embargos de Declaração, Número do Processo: 0008164-46.2017.8.05.0000/50000, Relator (a): JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, Publicado em: 19/02/2020). Incorrendo no tema do direito à paridade, o STF, no julgamento do RE 590.260 (Tema 139), marcou esta tese que muitos nos interessa para elucidação da presente vexata quaestio: Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005. Na hipótese dos autos, o impetrante é policial militar inativo, que foi admitido em 01 de junho de 1975 (ID. 6579228), antes, portanto, da referida Emenda Constitucional. Aprofundando a análise do tema, lancemos um olhar ao art. 14 da Lei nº 7.145/97, que instituiu a GAP, prevendo a sua incorporação aos proventos da inatividade: Art. 14 – A Gratificação de Atividade Policial Militar incorpora-se aos proventos de inatividade, qualquer que seja o seu tempo de percepção. O impetrado expôs a impossibilidade de cumulação da GAP com a GFPM. Se o caso versasse exatamente sobre este aspecto, assistiria razão à parte defensiva, por haver incontornável impossibilidade de cumulação da GFPM com a Gratificação de Função Policial Militar (GAP), porquanto ambas decorrem de um mesmo fato gerador, a saber, a compensação do exercício de atividades do policial militar e os riscos que lhe são inerentes. Contudo, o impetrado não comprovou de forma alguma a sua alegação de que a impetrante recebe a referida GFPM. Tal prova seria facilmente obtida pelo impetrado, enquanto representante do Estado nos autos. Desta maneira, por não haver provado fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito da autora, desmorona a alegação do Estado da Bahia de haver cumulação de pagamento da GAP com a GFPM. Sobre a alegação de ofensa ao princípio da separação dos poderes, diga-se, desde logo, que não merece guarida, porquanto compete ao Poder Judiciário, excepcionalmente, a retificação de quaisquer ilegalidades praticadas pela Administração Pública. No caso que ora perscrutamos, percebe-se não haver criação de despesa, que seria um ato de substituição ao Poder Legislativo, mas simplesmente a adequação de

uma situação que está em desarmonia com o próprio ordenamento jurídico e Lei nº 7.145/97. Assente-se, ainda, ser descabido o argumento de violação ao artigo 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, que determina a necessidade de prévia dotação orçamentária e autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por se tratar da implementação de direitos previstos em lei, e que foram simplesmente reconhecidos pelo Poder Judiciário. A determinação cinge-se a alcançar o servidor inativo com a mesma gratificação paga aos servidores da ativa, garantido o cumprimento do princípio da paridade. Diante dos fatos examinados acima, entende-se como consequência intransigível a concessão da segurança para impor ao Estado da Bahia a obrigação de implantar a aludida gratificação na pensão da impetrante; a implementação se dará na mesma forma e percentual contemplados aos policiais militares em atividade, conforme o posto e graduação ocupados pelo impetrante. Registre-se, por fim, que os efeitos pecuniários da ordem retroagem apenas até a data de impetração do mandamus, nos moldes da súmula 271 do STF, in verbis: Súmula nº 271/STF. Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria. Por se tratar de condenação imposta à Fazenda Pública, a partir de 09/12/2021, data de publicação da Emenda Constitucional 113/2021, para o cálculo dos juros de mora e da correção monetária incidirá, uma única vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulado mensalmente, nos termos do art. 3º da referida Emenda Constitucional. Ante o exposto, voto no sentido de rejeitar as preliminares e, no mérito, conceder a segurança vindicada, para reconhecer o direito do impetrante à percepção da Gratificação de Atividade Policial, nas referências IV e V, nos moldes do cronograma estabelecido pela Lei 12.566/2012, com efeitos patrimoniais a partir da impetração, autorizada a compensação dos valores já recebidos a título de GAP em outras referências. Por se tratar de condenação imposta à Fazenda Pública, até 08/12/2021 incidirá, quanto aos juros moratórios, o índice oficial atribuído aos juros aplicados à caderneta de poupança e, quanto à correção monetária, o IPCA-E, por conta da decisão proferida no Recurso Extraordinário 870.947/SE. A partir de 09/12/2021, data de publicação da Emenda Constitucional 113/2021, para o cálculo dos juros de mora e da correção monetária incidirá, uma única vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulado mensalmente, nos termos do art. 3º da referida Emenda Constitucional. Deixo de condenar em honorários advocatícios de sucumbência, por haver expressa vedação legal contida no art. 25, caput, da Lei Federal n. 12.016/2009. Sala das Sessões, de de 2023. Des. Cássio Miranda Relator